

qual pertenciam Ipatinga. Por último o coronel (o mesmo que fez a demagogia no dia do massacre e afirmou que iria prender e punir os assassinos). Assim pudemos registrar mais uma das inúmeras partes da história de nossos povos, que sempre tiveram como saldo torturas e chacinhas de inúmeros trabalhadores, resultando na culpabilidade caindo sempre sobre suas vítimas.”

.. O massacre de Ipatinga, como a própria história nos mostra, não é e nunca foi um movimento isolado e estritamente local, como queria fazer crer o governador Magalhães Pinto em seu relatório fascista.”

.. Percebemos também que os mesmo homens que massacraram, pediam votos de confiança aos trabalhadores (e foram confiados), depois golpearam a classe operária, traindo os princípios dos compromissos assumidos em praça pública, apoiando movimentos em prol da promoção dos assassinos, como aconteceu com o comandante da PM.”

.. Tudo isso são causas sonegadas pela justiça militar e comum. Uma justiça corrompível, criada pela burocracia burguesa para beneficiar sempre a burguesia. É esta justiça que não julga e nunca julgará a causa dos povos, como no caso do “massacre de Ipatinga”, por exemplo. Por isso todos os responsáveis por essa chacina de operários no interior das Minas Gerais, do governador aos soldados da cavalaria, ficam aqui entregues para o julgamento histórico, pois não acreditamos que exista juiz mais correto do que a história.”

REGISTROS E DEPOIMENTOS

Estou tentando registrar, neste depoimento, e repassar para as pessoas que se interessam pelo deslindar dessa passagem obscura da opressão e da ditadura do golpe de 1964 - mesmo passados mais de trinta anos do início de minha “saga” - a narrativa da luta daqueles que um dia deram muito de suas vidas na luta em favor de uma causa que abraçaram com muita esperança.

Parte dessa história está registrada em 80 horas de depoimento à pesquisadora Lígia para a tese de Mestrado da Fundação João Pinheiro, que deverá lançar um livro de pesquisa sobre o “Massacre de Ipatinga.”

Sobretudo, procuro narrar a minha visão sobre a história no jornal “LIBERDADE”, que motivou a minha prisão e que foi registrada como o primeiro caso de Lei de Imprensa, capitulado à Lei de Segurança Nacional, e incluído no Ato Institucional (AI-3), baixado pelo regime militar, em março de 1967.

Fui retirado com violência do camburão e levado para um quartinho nos fundos do quartel e novamente amarrado em cima de uma mesa de aço de necrotério, com cordas e cabos de aço.

Reservaram ali para mais uma provação e de um suplício comandado pelo 2º sargento Itamar Vasconcelos. Me amarraram sentado em cima de uma folha de zinco molhado.

Tentaram fazer uma improvisação da famigerada “cadeira do dragão”. Todo aparato não passava de um arremedo ridículo e sem técnica. Mas a todo custo queriam “testar” a trapizonga comigo. Primeiro me batiam com toalha molhada, depois ligavam um fio elétrico desencapado. Mas morriam de medo porque soltava fagulhas para todo lado. Nervoso, o 2º sargento Itamar Vasconcelos apertava meu pescoço com as mãos e um torqueto de pau e borracha seguido de sessões de socos e golpes de cassetele. Se não fosse trágico seria bem cômico. O quadro era grotesco.

O 2º sargento insistia em seu intento de obter de mim, a todo custo, os “planos de explodir a Usiminas”. Exigia aos berros o informe dos meus contatos subversivos, clandestinos. Chegava a ficar rouco.

Louco. Possesso e totalmente neurótico o 2º sargento já não sabia mais como me esmurrar. Martirizava com chute, socos, pau de arara, toalha molhada, choque elétrico... Dava golpes na barriga, cabeça e na região escrotal. Desesperado ia abandonando cada tentativa para começar outra. Espumava e esbravejava. Seus colegas balançavam a cabeça negativamente, demonstrando que não concordavam com a selvageria.

E quanto mais eu negava e dizia que não tinha nenhuma condição de lhe passar dados, nomes, datas e tudo o mais o que sua cabeça insana imagina que encontraria comigo, mais ele ficava enfurecido, esbravejava e andava de um lado para outro como um débil mental.

Fato surpreendente é que o policial que o 2º sargento Itamar colocou nessa sala de tortura para me “arrochar”, somente no início, e ao lado do seu superior, é que chegou a esboçar o cumprimento da tarefa. Na tentativa arrancar alguma confissão me deu uns tapas, socos e apertou minha garganta com uma gravata, mas sem muita convicção, como se apenas “marcasse o ponto”.

Passado algum tempo e na ausência do 2º sargento o soldado se convenceu de que tudo aquilo era inútil, porque eu não tinha mais o que contar.

Além disso, o que o fez relutar foi porque mostrou-se incomodado com a desnecessária e doentia violência do 2º sargento Vasconcelos. Ele chegou a ficar incomodado quando o sargento me esgoelou tanto que quase me mata e porque ele estava com obsessão demasiada querendo minha confissão.

As “técnicas de tortura” da polícia de Ipatinga eram extremamen rudimentares. O que faziam era bater desordenadamente e não “sequenciavam o tratamento.” Dola muito, mas a gente resista porque a adrenalina aumentava e o sangue ficava quente. Eles não nos surpreendiam com novidades sádicas inteligentes. Eram bem burros...

Depois que esse 2º sargento saiu da sala, o soldado passou a conversar comigo. Avistei na parede um quadro com a fotos do time de futebol. Era do time do Social S. Club e o soldado que estava ali para me arrancar confissões estava na foto.